

UMA PERSPECTIVA DIFERENTE PARA O SUPERVISOR ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO

Tânia Bohm Döring – Escola Estadual de Ensino Médio José Veridiano Ferreira
taninha.9600@gmail.com
Liliane Rutz Bierhals – UNOPAR
lilik.rs@hotmail.com

Eixo 4: Organização do trabalho pedagógico' nas escolas públicas na Educação Básica.

Resumo: Este estudo tem por finalidade avaliar a importância do profissional de supervisão na proposta da educação do campo, destacando sua atuação como articulador e mediador de propostas pedagógicas educacionais e políticas públicas de educação. Pretende ainda apontar e analisar criticamente a importância do supervisor inserido na realidade da educação do campo, levando em conta todos os perfis associados à sua atuação, assim como o perfil social e político a que se atrelam os projetos pedagógicos das escolas do campo, tornando o supervisor educacional o profissional responsável pela orientação de uma prática educativa flexível, aberta às inovações e às transformações nos planos social, educacional e científico de uma zona alvo peculiar para a educação – o campo.

Palavras-chave: Supervisão escolar; Educação do campo; Professor.

Introdução

Abordar a temática Supervisão Escolar em sua essência torna-se uma tarefa vasta, cercada por todas as significações e proposições oriundas deste ato contínuo; e, sugerir uma ponderação sobre esta ação no âmbito da educação do campo é a proposição que norteia este estudo.

Empiricamente se tem conhecimento sobre as implicações práticas da ação do supervisor na educação do campo, o que faz com que a proposta lançada pretenda aproximar as conceituações da atuação do supervisor como o profissional de educação capaz de promover a articulação e mediação de propostas pedagógicas educacionais e políticas públicas de educação especificamente localizada. Acentua-se em importância esta temática, na medida em que a educação do campo é uma realidade que muitas vezes é tratada com descaso e aos poucos vem se preocupando a atender as especificidades desse meio – o meio rural, o meio campesino. Assim é necessário pensar sobre esta educação do campo, refletindo sobre suas concepções e todas as

práticas, capacitando e qualificando cada vez mais diálogos e conceitos para os profissionais que atuam nessa realidade, na finalidade maior de que se construa um novo cenário.

Paralelamente, e por consequência, pretende-se organizar e ponderar de forma descritiva sobre a importância da ação de supervisão enquanto inserida na proposta desta educação do campo, localizando os perfis agregados a esta atuação, assim como o aspecto social e político a que se atrelam os planos pedagógicos da escola rural, tornando assim, o supervisor educacional responsável pela direção de práticas educativa flexíveis, abertas às novidades e às modificações nos planos social, educacional e científico de uma zona alvo peculiar para a educação – o campo.

Salientada a função de orientação do grupo de professores, procede-se ao diagnóstico dos processos empregados pelo supervisor que passa por motivar, desafiar, questionar e instigar despertando interesses e encantos, com envolvimento no trabalho desenvolvido, por consequência, somando esforços para conquista de objetivos e alegrias. Assim aparece o papel do supervisor: fundamental para o processo ensino-aprendizagem, com planejamento participativo, para principiar na sensibilização da comunidade da realidade em que se encontra inserida, desenvolvendo a autocrítica, apesar das aparências e das ideologias cominadas pelo sistema dominante, impetrando e percebendo mudanças dos costumes.

Supervisor Escolar

A História do Ensino no país já trouxe ao conhecimento de muitos a função do supervisor escolar. O aparecimento do supervisor se dá com o surgimento das fábricas, e na concepção do processo de dependência cultural e econômica integrado a um projeto de controle do povo e da nação. Nas escolas passa a existir como Inspetor Escolar, para fiscalizar o ensino e o trabalho dos professores, realizar as estatísticas escolares, orientar quanto a implementação do ensino, e coordenar e orientar o ensino garantindo que a legislação fosse praticada. No séc. XVII o ato de educar na escola cabia ao professor, que tinha como meta de trabalho ensinar regras de comportamento, ofício, ética na profissão e o valor do trabalho. A escola na época formava o tipo de homem que a sociedade dominante precisava.

De conformidade com Calazans (1993), com o processo de urbanização crescente do séc. XX e o movimento de correntes migratórias, a educação rural começa a ser objeto de algumas preocupações de setores ligados à educação. Contudo, as iniciativas destas forças, de caráter

assistencial e outras privadas defendiam a necessidade de alguma formação para o trabalho agrícola. Também no âmbito público, as manifestações se dirigiam a clamar por uma educação de sentido prático e utilitário, e insistia-se na necessidade de escolas adaptadas à vida rural.

Felizmente a evolução contínua dos padrões educacionais progride aos níveis para que apareçam novas configurações para a Educação, e no Campo passa a caracterizar-se por um processo: que respeite a diversidade étnica, cultural, ambiental e produtiva dos diversos povos do campo, fortalecendo a identidade das crianças, jovens, homens e mulheres do campo; integrado a um projeto popular de agricultura que valorize e transforme a agricultura familiar/campesina e que se integre na construção social de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país; busca superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e o mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela redução da sua população rural.

Surge no I Encontro Nacional de Educadores(as) da Reforma Agrária (IEnera), em julho de 1997 em parceria com outras entidades e movimentos, a educação do campo. Sendo que, no decorrer do processo da discussão, foi chamada de Educação do Campo abrangendo ser para toda população que vive no/do campo.

Desde então, as entidades parceiras e os movimentos sociais foram desafiados a fazer um trabalho mais amplo sobre a educação tendo como base o mundo dos campesinos. Dando origem, conforme Caldart (2009) ao movimento Por Uma Educação do Campo, formando e tomando proporções significativas em todo território.

Focando o estudo, torna-se reconhecido o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza, e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, cultural e ambiental dos seus sujeitos. Dessa dinâmica social e cultural se alimenta a educação do campo. Uma educação articulada ao conjunto de políticas que visem a garantia do conjunto dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo.

Na medida em que supervisão significa: orientação e/ou inspeção em plano superior, a leitura dessa acepção remete à perspectiva de que não dá para compreender a supervisão a partir de uma visão ou entendimento. A compreensão desta significação passa por presumir as prioridades de ensino, como serão empregadas e a quem se destina o ensino. Nas finalidades da supervisão estão expressas funções como: acompanhamento do aprendizado e da formação de

cada aluno; discussão do desempenho dos alunos; pontos que concentram dificuldades de aprendizagem e estratégias que funcionam ou não; encaminhar para profissionais especializados os alunos que apresentam problemas; elaboração e aplicação do projeto da escola; orientação nas questões pedagógicas; atuação na formação contínua dos professores; motivar o professor para cursos de aprimoramento; diálogo com os pais e responsáveis sobre questões pedagógicas e ansiedades da família; e especificamente na educação do campo, privilegiar a educação popular como matriz pedagógica constituinte desta educação. Fora este envolvimento, necessita organizar o dia a dia e assegurar que se crie uma estrutura de formação continuada docente e discente no ambiente escolar. Aqui está localizada a necessidade de saber trabalhar com diferentes públicos, pois não só os alunos necessitam do apoio do supervisor, mas também os pais, professores e a direção da escola. Estar atento a essas variações exige um ótimo relacionamento interpessoal e, também, uma visão global da instituição. Esta habilidade é alcançada quando se pensa na educação como um todo.

Das constatações anteriores comprehende-se que a supervisão escolar tem o papel de dar condições para que os objetivos de desenvolvimento integral do aluno e a sua relação ao meio físico e social sejam atingidos, envolvendo o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, o que se configura como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, já que está compromissada com os interesses e a emancipação das classes ditas rurais, outrora subalternas.

Tratando da Supervisão de Educação no/do Campo, reporta-se como função do setor, a composição, desenvolvimento, articulação e integração de ações e parcerias de acordo com as demandas educativas, assim como o enquadramento frente aos movimentos sociais e sindicais que atuam no campo, em busca da promoção do desenvolvimento sustentável para atendimento às práticas dos povos campesinos.

O trabalho do supervisor escolar em uma comunidade rural precisa impreterivelmente ter seu olhar voltado para as peculiaridades do entorno da escola, bem como manter a escola aberta para que a população possa criá-la e recriá-la, reconstruindo o saber, desmistificando verdades ocultas pelo sistema capitalista e as ideologias que os cercam. E, juntamente com a equipe docente, diretiva e comunidade pensar e criar caminhos de transformação do contexto da comunidade quanto a questões desumanizadoras e negadores da vivência e convivência humana. Uma proposta assim adentra o campo da educação popular e acaba contemplando grupos sociais

diferenciados, também na educação do campo, mas principalmente, partindo do vivido para propor uma transformação.

Supervisor e suas atribuições

As condições básicas para o exercício de uma atividade supervisora são: capacidade de visão de conjunto: situar cada problema no contexto da situação geral; capacidade de compreensão com as pessoas que trabalha; capacidade de analisar as situações que causem tensões; experiência como administrador/professor de escola no trabalho que irá dedicar-se; capacidade de administrar os vários aspectos técnicos da sua profissão; elevado nível de inteligência; experiência geral de administração. O dia a dia do supervisor exige que ele administre seu tempo para cumprir inúmeras tarefas.

Neste passar rápido pela trajetória do supervisor os estudos teóricos e as análises de diferentes pontos de vista e vivências de profissionais que atuam nesta área, trazem a realidade encontrada em nossa sociedade, com saberes renovando-se a todo instante, incluindo as novas necessidades das escolas, acabaram por revelar aos supervisores o repensar da sua prática, atendendo a nova demanda da escola.

Em outros aspectos, situa-se o supervisor escolar como a pessoa escolhida para resolver problemas, dar sugestões, tornando-se como um ombro amigo nos momentos de dificuldade. Não há como negar ao supervisor este papel, mas convém deixar claro que não faz parte de suas atribuições principais. O que se quer é uma reabilitação da conceituação sobre a importância do supervisor no sentido do apoio pedagógico para todos os momentos, e não somente nos momentos de dúvidas, angústias, tristezas. O supervisor é aquele com quem podemos refletir teorias, posturas e construir conhecimento, no sentido de auxiliar na prática docente.

Para Freire (1987), os sujeitos abrangidos pelo processo compreendem que a escola que almejam sugere uma opção política, e quando tomada essa posição, constroem coletivamente esta escola no diálogo com educadores que irão subsidiar teórica e metodologicamente essa opção. A edificação da escola diferente passa essencialmente pela construção coletiva, na qual a constituição de diálogos principia e se desenvolve. Assim, a aproximação às massas populares se faz não como uma prática salvadora, em forma de conteúdo a ser depositado, mas, com a confabulação, conhecendo-se não só a objetividade em que estão, mas a consciência que tenham desta objetividade; os vários níveis de percepção de si mesmos e do mundo em que se inserem.

De acordo com Pedra (1997), nesta concepção curricular, o conhecimento está sedimentado por uma reminiscência técnico-instrumental que, ao ser naturalizada como predominante, exclui as dimensões sociais e concretas do conhecimento, para ser simplesmente acumulado e categorizado como conhecimento dado, tendo em si mesmo o seu valor, que se governa em relação às bases históricas que o tornaram possível e lhe dão sentido. Nesta tradição, o conhecimento é imposto e apresentado como externo aos sujeitos do processo, com impossibilidades de questionamentos e análises compartilhadas.

As reflexões possíveis diante das dificuldades na apropriação de uma prática pedagógica fundada na concepção de uma educação libertadora, que, juntamente com outras práticas sociais e políticas, viabilize uma transformação social, impelem a afirmar sobre a necessidade prioritária de que o educador deve continuar a reinventar práticas pedagógicas, problematizando-as, para que se tornem temáticas enquanto inseridas dentro dos procedimentos educacionais. Os processos de conhecimento que estão situados historicamente engendrados em movimentos podem recomendar rupturas ou não com as formas de educar. Introduzindo-se no campo do currículo e na área das práticas pedagógicas, a íntima relação entre a sociedade existente e a sociedade pretendida pode ser impulsionada a realizar as transformações pelas mãos dos trabalhadores ou então, permitir que elas continuem sendo determinadas por agentes externos, desvinculados das problemáticas vividas pelos povos do campo.

Dessa forma, em sua prática diária, o supervisor educacional desempenha a função de agente integrador no relacionamento professor-aluno e na formação de valores éticos, fundamentado em pressupostos filosóficos, legislação e diretrizes educacionais, para que a educação atinja seus objetivos primordiais, envolvendo todos que participam do processo educacional por intermédio de uma ação conjunta. As práticas inovadoras voltadas para o aprimoramento das metodologias educacionais incluem a formação continuada dos professores, evidenciando a articulação entre os vários saberes por meio de um currículo diversificado com a análise minuciosa dos resultados do processo de ensino-aprendizagem visando ao sucesso escolar, transformando e fazendo crer que o supervisor educacional deve estar atualizado e postando-se aberto às inovações de uma sociedade moderna, que constantemente se volta para um mundo globalizado.

Nesse contexto, entra o papel do supervisor educacional, que é o agente da mudança. Uma vez que ele atua junto em parceria com o professor para a resolução de problemas. O papel da

escola hoje é formar pessoas fortalecidas por seu conhecimento, orgulhosas de seu saber, emocionalmente equilibradas, capazes de autocrítica, solidárias com o mundo exterior e capacitadas tecnicamente para enfrentar o mundo do trabalho e da realização profissional.

Na definição da importância da Supervisão para a Educação do Campo cabe ressaltar que nesta função recai a construção de um ambiente de cooperação em que todos possam ouvir e ser ouvidos para prevenir o risco de se perder tempo com atividades inócuas, criando condições favoráveis ao aprimoramento dos alunos; organizando o calendário escolar; realizando reuniões periódicas com pais e docentes; e principalmente deixando de lado fórmulas prontas para levar em consideração a realidade em que a escola está inserida. O supervisor deve ser um líder, um observador e um interventor. Conforme defendido, o perfil do supervisor não se resume somente a estas três características e sim há várias outras características que condizem a esta função.

O papel do supervisor é fundamental nesse processo, pois ele juntamente com quem direciona a elaboração do planejamento participativo precisam agir no sentido de sensibilizar a comunidade da realidade e em que vivem, e a de desenvolverem um sentimento de crítica, a verem além das aparências as ideologias impostas pelo sistema dominante, para que atinja as causas mais profundas dos seus problemas, a conscientização é uma maneira de conseguir mudanças de atitudes. Neste aspecto Freire (1987) nos diz que: “Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas o resultado de sua conscientização”.

Para Rangel (2003) a ideia e o princípio de que o supervisor não é um técnico encarregado da eficiência do trabalho e, muito menos, um controlador de produção; sua função e seu papel assumem uma posição social e politicamente maior, de líder, de coordenador, que estimula o grupo à compreensão – contextualizada e crítica - de suas ações e, também, de seus direitos. É necessário viabilizar a busca de soluções coletivas sobre a problemática.

É imprescindível estimular a reflexão político-pedagógica da Educação do Campo, partindo de práticas já existentes e projetando ações educativas que contribuam para a formação dos sujeitos do campo, que inclui professores, alunos, direção, coordenação pedagógica, funcionários e comunidade que trabalham no campo. Propor metodologias enquanto supervisor escolar que possam motivar os professores que atuam na educação do campo. Analisar a trajetória histórica da educação do campo; bem como estudar o papel do professor dentro desta organização.

Outra questão fundamental levantada para a atuação da supervisão é a prática de reuniões com a equipe diretiva. Nela são tratados assuntos administrativos e pedagógicos e a construção das propostas pedagógicas surge no diagnóstico realizado pelos envolvidos no contexto. A imagem de construção da proposta pedagógica deve ser proveniente dos envolvidos no processo, levando-se à percepção, todas as necessidades constatadas. Na condução da prática docente, é importante a ideia do questionamento para provocar os professores nas reuniões pedagógicas. Assim colocando dúvidas, o professor começa a analisar a sua prática, buscando caminhos para solucioná-las. O conceito não é dar as respostas e sim fazer com que o professor ache caminhos para poder respondê-las.

O Supervisor escolar tem inconfundíveis funções na orientação do grupo de professores: introduzindo o desafiar, instigar, questionar, motivar, despertando neles o desejo, o prazer, o envolvimento com o trabalho desenvolvido e dividindo as alegrias dos resultados obtidos. Nesse sentido, levando em consideração os avanços, ainda que lentos no processo de democratização do país e nas políticas públicas e mais especificamente da escola, tem-se como vias legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que garante aos gestores escolares adequarem o regimento escolar e o projeto político-pedagógico, como meio para ressaltar a importância e garantir a existência de respaldo legal para o trabalho a ser realizado na escola de maneira democrática e voltado para o meio rural. E, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, as quais garantem o atendimento da população no campo de forma a contemplar suas especificidades e necessidades.

O supervisor atuando na educação do campo

Resumindo as diversas contribuições encontradas nos cadernos do fórum de articulação nacional por uma educação no campo de 2002, encontram-se as ações principais do educador enquanto supervisor na escola do campo, tais como:

- repassar orientações técnicas pedagógico-administrativas, propiciando melhorias na qualidade da ação educativa com identidade voltada para o campo, tendo ainda currículo, metodologia, calendário e horários refletindo as dimensões campesinas;
- mobilizar a comunidade do campo para conquista de políticas públicas na área educacional e escolarização;

- contribuir para o acréscimo nas reflexões político-pedagógicas da educação do campo partindo de práticas já existentes e projetando novas ações educativas para transformação do campo;
- fazer compreender a todas as esferas que educação é um direito de todos e a escola do campo deve se fazer realidade;
- contrapor estimativas de que a educação do campo é pobre e marginalizada e fadada à marginalização, efeito que ressalta o círculo vicioso de evasão escolar e evasão do campo;
- enraizar definitivamente a escola no campo, com educação popular, destinada à educação do campo sem os ditames da escola pensada na cidade;
- organizar o movimento para melhoria da educação do campo devendo compreender, envolver e empregar a luta do trabalhador em sua busca contínua para melhoria das práticas sociais;
- transformar proposições em ações com real contribuição social para emancipação humana e participação democrática do homem do campo na educação do campo;
- adotar posturas práticas para iniciativas construídas com vistas a superar modelos organizacionais e didáticos no currículo escolar da cidade inserido no campo;
- efetivar propostas alternativas na dinâmica curricular das escolas do campo;
- estruturar a educação rural para superar a discussão dissociada dos sujeitos sociais que nela intervém, projetam, educam e atuam;
- evidenciar a proposta da preparação para a vida, integrando o processo educacional como processo formativo desenvolvido pela escola, fazendo com que este ultrapasse o sentido individualista, em que caberia ao sujeito estabelecer a relação de sua formação com a realidade social e econômica. Esse vínculo adquire, no âmbito da educação do campo, um caráter orgânico entre a formação escolar e inserção social dos sujeitos, que necessita ser explicitado no processo das práticas educativas desenvolvidas;
- organizar o processo de planejamento curricular de forma que as ações socioeducativas se tornem permanentes, tornando a comunidade, educadores, educandos e a escola os mobilizadores de suas construções curriculares, e garantir sua constante construção;
- inicialmente, harmonizando a educação escolar da cidade às condições do campo, os currículos e a formação dos profissionais pensados no modelo urbano devem ser reestruturados voltando sua típica ação às características do campo;

Em resumo, ainda não bastam apenas estas ações, pois serviços adaptados e precarizados, tanto no posto médico como na escolinha, ou a consideração assistencialista de profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo ainda são dilemas a ultrapassar.

Aqui não cabe uma intervenção sobre a maior ou a menor importância e quais as relevâncias, mas sim, saber que se tornam dilemas justamente porque são fatos comuns acontecidos ou corriqueiros que, na conjunção acabam por dificultar as intervenções da supervisão.

O estágio na supervisão da educação do campo

Como inicialmente a proposta era trabalhar com a temática da importância da motivação dos professores que atuam na educação do campo e face aos verdadeiros desafios interpostos com as situações que a função exige e permite, o direcionamento passa a ser generalizado com foco em todo o papel da supervisão em função de todos os aspectos de condução da ação na educação do campo.

Organizados todos os pressupostos e objetivos da educação do campo e elencadas todas as tratativas da ação de supervisão, o estudo contempla as viabilizações da busca de soluções coletivas sobre a problemática desmotivacional dos educadores da zona rural, assim como fica assim analisada a trajetória da educação do campo com a definição do papel ímpar do professor na organização escolar, e justamente pela ação contínua do supervisor na constante busca de metodologias para motivar professores e alunos na escola.

O estágio em Supervisão Educacional foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Alberto Wienke, localizada no Herval, 2º distrito de Canguçu/RN a escola funciona em três turnos, possuindo um total de 295 alunos, 18 professores, 5 funcionários, 1 diretora e 2 vice-diretoras. Estas atividades foram desenvolvidas no período de setembro a dezembro com os professores do Ensino Médio.

Num primeiro momento foi realizada uma pesquisa com os professores que atuam na referida escola, na qual foi constatada que a maioria apresentava-se desmotivada com o trabalho na escola rural. Diante deste fato sentiu-se a necessidade de se realizar um trabalho voltado para a

motivação desses professores, visto que são eles os atores fundamentais no processo ensino-aprendiz. No presente contexto, ressalta-se o papel do supervisor, dada a sua importância na organização de práticas pedagógicas que venham a atender as necessidades desta clientela que por tanto tempo ficou a mercê do processo educativo, que em uma comunidade rural precisa impreterivelmente ter seu olhar voltado para as peculiaridades do entorno da escola, bem como manter a escola aberta para que a população possa criá-la e recriá-la, reconstruindo o saber, desmistificando verdades ocultas pelo sistema capitalista e as ideologias que os cercam.

Ao se falar em professores, especialmente aqueles que trabalham em educação do campo, nos fala Paulo Freire da necessidade de mudanças, adequações, curriculares, formação especial para estes profissionais que atuam no meio rural, porque trabalhar com a educação no/do campo exige conhecimentos específicos, o meio rural possui suas especificidades. Mas, Freire deixa claro o quanto o entorno, o saber teórico e prático são importantes na formação dos professores.

A vivência do dia-a-dia na escola do campo juntamente com os profissionais que ali atuam, faz brotar a consciência da identificação dos desafios da prática da supervisão. Motivação, promoção de entendimento, observações de ações e atitudes, análises, dinâmicas grupais, mensagens de motivação, gravações de vídeos de depoimentos de alunos sobre o trabalho de todos os envolvidos no processo, avaliações de desempenho, promoção e direção de reuniões pedagógicas; que eram ações planejadas se transformam em manifestações e experiências em decorrência do processo vivido – a supervisão na educação do campo.

Conclusão

O trabalho do supervisor na escola do campo serve para acrescentar e contribuir para uma educação de qualidade, dentro de um processo pedagógico pensado com seriedade seguindo todos os parâmetros e preceitos estabelecidos pelo Projeto Político Pedagógico da unidade escolar. Este trabalho do supervisor escolar em uma comunidade rural precisa impreterivelmente ter seu olhar voltado para as peculiaridades do entorno da escola, bem como manter a escola aberta para que a população possa criá-la e recriá-la, reconstruindo o saber, desmistificando verdades ocultas pelo sistema capitalista e as ideologias que os cercam.

Este papel passa então, a ser redefinido com base em seu objeto de trabalho, e o resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina e o aluno que aprende passa a construir o núcleo do trabalho do supervisor na escola. E, juntamente com a equipe docente, diretiva e

comunidade, pensar e criar caminhos de transformação do contexto da comunidade quanto a questões desumanizadoras e negadores da humana vivência e convivência.

Assim, o planejamento torna-se essencial para uma atuação eficiente. A supervisão dirige a atenção para os fundamentos da educação, com o supervisor procurando ter consciência clara dos conceitos e crenças que determinam sua maneira de agir, dos fins que pretende atingir e dos meios a utilizar. Isso corresponde à filosofia que baseia sua atividade supervisora. Então, o supervisor moderno deve ser uma pessoa capaz, preparada sob o ponto de vista educacional e psicológico, especialista no processo democrático do grupo.

Os desafios são enormes. Há falta de estrutura, recursos escassos, ausência de formação continuada dos professores, e enfim, uma série de coisas dificultam o trabalho do Supervisor. Mas nem estas imposições impedem que o mesmo possa criar na sua atividade profissional meios de mudar esta realidade e fazer com que a escola mude sua cara, e se transforme na escola dos sonhos.

Os movimentos sociais vêm se mostrando os verdadeiros educadores do campo, orientados a sujeitos privilegiados, explorando, influindo e dando um caráter pedagógico a essa tensa dinâmica. Estes movimentos têm sido os grandes pedagogos do campo. As políticas de formação terão de aprender com essa pedagogia dos movimentos, captando os traços do perfil do educador do campo.

As ricas experiências de formação de educadoras e educadores do campo, que acontecem nos cursos de Magistério, de Pedagogia da Terra, na graduação e pós-graduação, no conjunto de encontros, oficinas, estudos e reflexão sobre a prática educativa dos movimentos, oferecem horizontes para pesquisar, refletir e configurar políticas de formação de educadores do campo. Fornecem indagações instigantes para superar estilos ultrapassados e para interrogar os currículos, as políticas e as concepções de formação de profissionais da educação básica. Uma contribuição para o pensamento educacional que merece ser olhada com atenção e incorporada na formulação de políticas públicas.

Assim, destaca-se o supervisor como um agente transformador a partir do momento em que se configura como sendo um motivador, estimulador da prática docente. Aquele que busca identificar os problemas e oportunizar um ambiente de acolhimento e resgate do educador tentando superar os obstáculos, fazendo com que os mesmos se sintam motivados, pois para se ter uma educação de qualidade numa escola do campo é imprescindível que os professores estejam,

sobretudo motivados, bem preparados e com formação continuada, visando uma aprendizagem significativa.

Referência:

CALDART, R. S.. *A Escola do Campo em Movimento*. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.

CALAZANS, M.J.C. *Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória*. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M.N. (Org.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

PALUDO, C. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo; 2001.

PEDRA, J. A. *Curriculum, conhecimento e suas representações*. Campinas: Papirus, 1997.

RANGEL, M. et al. *Nove olhares sobre a supervisão*. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

Lei nº 9394. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 09/03/2012.

Referências para uma política nacional de educação do campo: Caderno de subsídios. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/imprensa/_Seminario_Ed_Campo.pdf> Acesso em: 20/01/2012.